

# RESOLUÇÃO Nº 1087, DE 7 DE AGOSTO DE 2015

Fixa os valores das anuidades de pessoas físicas e jurídicas, taxas e emolumentos, para o exercício de 2016, devidos aos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária - CFMV/CRMVs -, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, considerando o disposto nos artigos 16, alínea “P”, e 31, ambos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e no artigo 3º, XXIV, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007;

RESOLVE:

**Art. 1º** O valor da anuidade de pessoa física e de microempreendedor individual, para o exercício de 2016, será de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

**Art. 2º** A anuidade de pessoa jurídica, para o exercício de 2016, será cobrada de acordo com as seguintes classes de capital social:

I - até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais);

II - acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R\$ 1.295,00 (mil duzentos e noventa e cinco reais);

III - acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R\$ 1.945,00 (mil novecentos e quarenta e cinco reais);

IV - acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R\$ 2.585,00 (dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais);

V - acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R\$ 3.230,00 (três mil duzentos e trinta reais);

VI - acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais);

VII - acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R\$ 5.175,00 (cinco mil cento e setenta e cinco reais).

**Art. 3º** Os valores das taxas e emolumentos serão os seguintes:

I - inscrição de Pessoa Física (principal e secundária): R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais);

II - registro de Pessoa Jurídica: R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais);

III - expedição de Cédula de Identidade Profissional: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais);

IV - substituição ou 2ª Via de Cédula: R\$ 105,00 (cento e cinco reais);

V - certificado de regularidade: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

VI - registro de Título de Especialista: R\$ 122,00 (cento e vinte e dois reais);

VII - anotação de responsabilidade técnica: R\$ 120,00 (cento e vinte reais);

VIII - renovação de responsabilidade técnica: R\$ 90,00 (noventa reais).

**Art. 4º** A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **1º de janeiro de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Méd.Vet. Benedito Fortes de Arruda  
Presidente  
CRMV-GO nº 0272

Méd.Vet. Marcello Rodrigues da Roza  
Secretário-Geral  
CRMV-DF nº 0594

Publicada no DOU de 28-08-2015, Seção 1, págs. 243 e 244.



Nº 165, sexta-feira, 28 de agosto de 2015

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

243

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL.			
REGIÃO CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			642.507,278.000.000
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) x 100			
LIMITE MÁXIMO previsto no T.C. III art. 20 da LRF	0,045376%	0,000160%	0,045355%
LIMITE PRÉ-ESTABELECIDO no art. 4º da LRF			660.074.933,075
LIMITE DE ALERTA previsto no art. 1º do art. 5º da LRF	0,090752%		683.671.109,250
LIMITE DE ALERTA previsto no art. 1º do art. 5º da LRF	0,093722%		692.167.438,520

FONTE:TESOURO GERENCIAL/ SIAFI GERENCIAL - NUCAN/SEOR/TRT 10ª Região  
Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas com empenhas não não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com "Outros Precatórios Judiciais" despesa liquidada no valor de R\$ 6.623.396,61 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados no valor de R\$ 82.624.163,39.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV)": despesa liquidada no valor de R\$ 3.843.491,49 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados no valor de R\$ 122.285,92.
- 4) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 44.162.898,13 correspondem a contribuição patronal para o RPPS sendo que R\$ 43.781.420,93 correspondem à despesa liquidada e R\$ 381.477,20 correspondem à despesa inscrita em Restos a Pagar.
- 5) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 93.242,92 correspondem a contribuições previdenciárias ao INSS, despesa liquidada.
- 6) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 96.957,02 correspondem a contribuições previdenciárias ao FUNPRESP, despesa liquidada.
- 7) O saldo na conta 19514.0200 - Outros cancelamentos de RP - no Grupo de Despesa 1, no período de maio/2014 a dezembro/2014 refere-se a valores de exercícios anteriores.
- 8) O saldo na conta 63198.0000 - Outros cancelamentos de RPNP, no Grupo de Despesa 1, no período de Janeiro/2015 a abril/2015 refere-se a cancelamento de saldo inscrito em RP referente a Precatórios.

Des. ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO  
Presidente do Tribunal

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS  
Diretor-Geral e Ordenador de Despesa Substituto

LUCÍLIA BARBOSA MONTEIRO RENNÓ  
Coordenadora de Controle Interno

(\*)  
incorrecção do original.

Republicada por ter saído no DOU de 26 de maio de 2015, Seção 1, páginas 54.55, com

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA 24ª REGIÃO**

**DESPACHO DO PRESIDENTE**

Em 25 de agosto de 2015

Processo Eletrônico nº 4007-2015

Ratifico a inexistência de licitação para a contratação de empresa Engenharia Projetos e Planejamento em Educação Ltda, CNPJ nº 08.259.573/0001-46, mediante incapacitação de licitação, com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/90, no valor total de R\$ 47.200,00, para a capacitação teórico-prática dos servidores da Escola Judicial, com carga total de 116 horas.

Des. NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA

**Entidades de Fiscalização do Exercício  
das Profissões Liberais**

**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM**

**RESOLUÇÃO Nº 487, DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

Veda aos profissionais de Enfermagem o cumprimento da prescrição médica a distância e a execução da prescrição médica fora da validade.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 14 de fevereiro de 2012 e o Decreto nº 96.406, de 08 de junho de 1987; CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a Resolução Cofen nº 225/2000 que dispõe sobre o cumprimento da prescrição medicamentosa/terapêutica a distância e a Resolução Cofen nº 281/2003 que dispõe sobre repetição/cumprimento da prescrição medicamentosa por profissional da saúde;

CONSIDERANDO tudo o que consta nos autos do PAD Cofen nº 833-2014;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen em sua 462ª Reunião Ordinária; resolve:

Art. 1º É vedado aos profissionais de Enfermagem o cumprimento de prescrição médica a distância fornecida por meio de rádio, telefones fixos ou móveis, mensagens de SMS (short message service), correio eletrônico, redes sociais de internet ou quaisquer outros meios onde não conste o carimbo e a assinatura do médico.

Art. 2º Fica em execução o artigo anterior as seguintes situações de urgência e emergência:

- I - Prescrição feita por médico regulador do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- II - Prescrição feita por médico a pacientes em atendimento domiciliar;
- III - Prescrição feita por médico em atendimento de telemedicina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/entidades/ckkkk/indl>, pelo código 00012015082800243

§ 1º - É permitido somente ao Enfermeiro o recebimento da prescrição médica à distância, dentro das exceções previstas nesta Resolução.

§ 2º - O Enfermeiro que receber a prescrição médica a distância está obrigado a elaborar relatório circunstanciado, onde deve constar a situação que caracteriza urgência e emergência, as condutas médicas prescritas e as exceções pela enfermagem, bem como a resposta do paciente às mesmas.

§ 3º - Os serviços de saúde que praticam os casos de atendimento previstos nos incisos deste artigo deverão garantir condições técnicas apropriadas para que o atendimento médico a distância seja transmitido, para a capacitação e disponibilização quando necessário.

§ 4º Prescrição feita pelo médico do serviço de Urgência e Emergência pré-hospitalar fixo.

Art. 3º É vedado aos profissionais de Enfermagem a execução de prescrição médica fora da validade.

§ 1º - Para efeitos do caput deste artigo, consideram-se válidas as seguintes prescrições médicas:

- I - Nos serviços hospitalares, prescrições pelo período de 24 horas;
- II - Nos demais serviços, as receitas e prescrições com a indicação do tipo de medicamento, procedimentos, doses e período de tratamento definidos pelo médico;
- III - Protocolos de quimioterapia, com quantidade de doses e período de tratamento definidos pelo médico;
- IV - Finalidade da validade da prescrição médica, os profissionais de Enfermagem poderão adotar as seguintes providências:

I - Em caso de prescrições médicas hospitalares com mais de 24 horas ou protocolos de quimioterapia finalizados, informar ao médico plantonista, ou médico supervisor/coordenador da clínica/unidade ou responsável pelo corpo clínico da instituição para tomar providências cabíveis;

II - Nos serviços ambulatoriais, orientar o paciente para retornar a consulta médica;

III - Nos serviços de atendimento domiciliar, informar ao médico de substituição, ou médico supervisor/coordenador do atendimento ou responsável pelo corpo clínico da instituição para tomar providências cabíveis;

§ 1º - Em todos os casos descritos nos incisos deste artigo, os profissionais de Enfermagem deverão relatar por escrito o fato ocorrido, bem como as providências adotadas.

§ 2º Os profissionais de Enfermagem que forem compelidos a executar prescrição médica fora da validade deverão abster-se de fazer la e denunciar o fato e os envolvidos ao COREN da sua jurisdição, que deverá, na tutela do interesse público, tomar as providências cabíveis.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Resoluções Cofen nº 225/2000 e 281/2003 e demais disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA  
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO  
Primeira-Secretária

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA  
VETERINÁRIA**

**RESOLUÇÃO Nº 1.087, DE 7 DE AGOSTO DE 2015**

Fixa os valores das anuidades de pessoas físicas e jurídicas, taxas e emolumentos, para o exercício de 2016, devidos aos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária - CFMV/CRMVs -, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, considerando o disposto nos artigos 16, alínea "f", e 31, ambos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e no artigo 3º, XXIV, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007; resolve:



Art. 1º O valor da anuidade de pessoa física e de microempresário individual, para o exercício de 2016, será de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Art. 2º A anuidade de pessoa jurídica, para o exercício de 2016, será cobrada de acordo com as seguintes classes de capital social:

I - até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais);

II - acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); R\$ 1.295,00 (mil duzentos e noventa e cinco reais);

III - acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); R\$ 1.945,00 (mil novecentos e quarenta e cinco reais);

IV - acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); R\$ 2.585,00 (dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais);

V - acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); R\$ 3.200,00 (três mil duzentos e cinquenta reais);

VI - acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta e oito reais);

VII - acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); R\$ 5.175,00 (cinco mil cento e setenta e cinco reais);

Art. 3º Os valores das taxas e emolumentos serão os seguintes:

I - inscrição de Pessoa Física (principal e secundária); R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais);

II - registro de Pessoa Jurídica; R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais);

III - expedição de Cédula de Identidade Profissional; R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais);

IV - substituição ou 2ª Via de Cédula; R\$ 105,00 (cento e cinco reais);

V - certificado de regularidade; R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

VI - registro de Título de Especialista; R\$ 122,00 (cento e vinte e dois reais);

VII - anotação de responsabilidade técnica; R\$ 120,00 (cento e vinte reais);

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



244

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 165, sexta-feira, 28 de agosto de 2015

VIII - renovação de responsabilidade técnica: R\$ 90,00 (noventa reais).  
Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA  
Presidente do Conselho  
MARCELLO RODRIGUES DA ROZA  
Secretário-Geral

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO FEDERAL  
CONSELHO PLENO**

ACÓRDÃO DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PROPOSIÇÃO N. 49.000/2012.00333-1/COP. Origem: Conselho Federal Ocioso Botelho (SB). Comissão Nacional de Estados Constitucionais. Assunto: Proposta de ajustamento de Ação Direta de

Inconstitucionalidade em face de dispositivo da Lei n. 8.625/1993, que trata da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA N. 030/2015/COP. Proposta de ajustamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Supremo Tribunal Federal. Lei n. 8.625/93 - Lei Orgânica do Ministério Público. Prisão em flagrante delito. Intimação pessoal. Investigação por membros de maior hierarquia administrativa. Indiciamento em inquérito policial. Acolhimento pelo Conselho Pleno do Conselho Federal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 15 de junho de 2015. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator.

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO  
Presidente do Conselho

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DO PRESIDENTE  
Em 25 de agosto de 2015

CONSULTA N. 49.0000.2015.001051-4/OEP. Assunto: Consulta. Provimento n. 102/2004. Procedimento de eleição da lista sêxtupla. Possibilidade de alteração pelo Conselho Seccional. Consultores: José Roberto de Albuquerque Sampaio OAB/RJ 69747 e Raphael Ferreira de Mattos OAB/RJ 91172. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "Considerando a complexidade da matéria versada na consulta sob análise, retire-se o processo da pauta do Órgão Especial para a sua mais completa apreciação por esta relatada, com posterior inclusão em pauta e mediante ulterior notificação dos interessados. De-se ciência aos consultes. Brasília, 17 de agosto de 2015. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator."

JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL

*Uma viagem no tempo!*

# MUSEU DA IMPRENSA

Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.

VISITAÇÃO:  
de segunda a sexta-feira,  
das 8h às 17h;  
SIG - Quadra 6 - Lote 800,  
Brasília-DF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/area/verificacao.html>, pelo código 00012015082800244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.